



MINISTÉRIO DA FAZENDA



TESOURO NACIONAL

**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
DISTRITO FEDERAL**

1. Este documento é parte integrante da 11ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e tem por objetivo apresentar a situação financeira do Distrito Federal no último triênio, com ênfase no exercício de 2011, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2011, o Distrito Federal apresentou resultado primário superavitário de R\$ 54 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 12.072 milhões e da despesa não financeira de R\$ 12.018 milhões. Este resultado foi influenciado pelo desempenho da receita líquida, que cresceu em termos reais 3,93% compensando o aumento real da despesa não financeira de 4,74% em relação ao ano anterior. O Distrito Federal apresentou superávit primário de R\$ 130 milhões em 2010, e déficit primário de R\$ 576 milhões em 2009.
4. O Distrito Federal incorreu em suficiência financeira de R\$ 200 milhões em 2011, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultado semelhante aconteceu em 2010, quando o Distrito Federal apresentou suficiência de recursos de R\$ 450 milhões, porém em 2009, houve deficiência de recursos de R\$ 330 milhões. A deficiência gerada em 2009 foi coberta com recursos registrados no Balanço Patrimonial do exercício de 2008. Em seu Relatório de Execução do Programa referente ao exercício de 2009, o Distrito Federal afirmou ter empenhado despesas no montante de R\$ 787 milhões em recursos provenientes do superávit financeiro. As receitas de operação de crédito e de alienação de ativos, que somaram R\$ 275 milhões e R\$ 37 milhões respectivamente, tiveram efeito significativo sobre a deficiência financeira, que teria sido de R\$ 642 sem aqueles ingressos.
5. A receita bruta evoluiu de R\$ 9.845 milhões em 2009 para R\$ 10.703 milhões em 2010 e alcançou R\$ 12.072 milhões em 2011, apresentando crescimento de 3,93% em relação a 2010. Tal aumento foi resultante tanto das receitas de transferências, que apresentaram crescimento de 9,36%, passando de R\$ 2.884 milhões para R\$ 3.423 milhões, quanto das receitas de arrecadação própria, que exibiram crescimento de 1,93%, passando de R\$ 7.819 milhões para R\$ 8.649 milhões.
6. Cumpre registrar que o Fundo Constitucional do Distrito Federal, cujos recursos totalizaram R\$ 7.604 milhões, em 2009, R\$ 7.686 milhões em 2010, e R\$ 8.748 milhões em 2011, não integra o orçamento do Governo do Distrito Federal nem o Programa, por ter sua execução realizada diretamente pela União.
7. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 71,24%, 73,05% e 71,65% do total da receita bruta em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. O ICMS, que respondeu por 60,47% das receitas de arrecadação própria em 2011, cresceu 2,83% em relação a 2010.

8. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 10.420 milhões em 2009 para R\$ 10.573 milhões em 2010 e alcançaram R\$ 12.018 milhões em 2011, correspondendo a crescimento de 4,74% em relação a 2010. Tal crescimento em 2011 é explicado principalmente pelo desempenho das despesas com pessoal, que tiveram incremento de R\$ 1.099 milhões (11,30%).

9. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 45,13%, 50,02% e 53,15% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 11,45% dos gastos com o executivo (administração direta) e de 28,01% com outras despesas com pessoal em relação a 2010, que representaram 74,96% e 10,13%, respectivamente, do total. Embora tenha havido crescimento real de 2,76% da receita corrente líquida (RCL), a relação despesas com pessoal / RCL subiu de 48,99% em 2010 para 53,06% em 2011. De acordo com o informado no relatório do Programa, o comportamento da despesa com pessoal é explicado pelos reajustes concedidos por força de leis publicadas em 2009, 2010 e 2011.

10. Os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal/FCDF não integram a execução orçamentária registrada no Sistema de Gestão Governamental e, portanto, não fazem parte do Programa. Entretanto, o aporte de recursos do Tesouro em complemento aos valores do FCDF/DF para custear os salários das áreas de saúde, educação e segurança está considerado no cômputo das despesas de 2011.

11. O regime próprio de previdência social (RPPS) de que trata a Lei Federal nº 9.717/98 é gerido no Distrito Federal pelo Instituto de Previdência (IPREV), conforme a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que instituiu o IPREV como órgão gestor único do RPPS do Distrito Federal e procedeu à separação dos contingentes utilizando 31/12/2006 como data de corte. Desta forma, os servidores que ingressaram até esta data tem seus benefícios previdenciários suportados pelo FUNDO FINANCEIRO – SEGURIDADE SOCIAL com eventuais déficits supridos pelo Tesouro do Distrito Federal. Já os servidores que ingressaram a partir de 1/1/2007 são vinculados ao FUNDO PREVIDENCIÁRIO – DFPREV administrado pelo IPREV/DF operando sob o regime de capitalização.

12. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis, por 54,87%, 49,98% e 46,85% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, a retração dessas despesas deveu-se, principalmente, à queda real de 14,33% dos gastos com investimentos em relação a 2010, que representaram 16,13% do total.

13. Os investimentos recuaram de R\$ 1.383 milhões em 2009 para R\$ 977 milhões em 2010 e atingiram R\$ 908 milhões em 2011, correspondendo a 16,23%, 10,25% e 8,54% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios.

14. Com relação às outras despesas correntes (ODC), houve queda de R\$ 4.096 milhões em 2009 para R\$ 4.006 milhões em 2010 e expansão em 2011 atingindo R\$ 4.295 milhões, correspondentes a 48,08%, 42,05% e 40,38% da RLR nos respectivos exercícios.

15. Em relação aos precatórios, conforme demonstrado no RGF do 3º quadrimestre de 2011, o saldo do exercício de 2011 é de R\$ 3.968 milhões. Atendendo às determinações da Emenda nº 62/2009, de acordo com o Decreto nº 31.398/2010, o Governo do Distrito Federal optou por pagar o estoque de precatórios, vencidos e vincendos, com o percentual de 1,5% da Receita Corrente Líquida, no prazo de 15 anos.

16. O estoque da dívida do Distrito Federal, que era de R\$ 2.115 milhões em 31 de dezembro de 2009, passou para R\$ 2.133 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando

acréscimo de 0,84%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 2.175 milhões, apresentando crescimento de 2,00% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao aumento da dívida contratual externa de 18,48%. O aumento dessa dívida é explicado, em grande parte, pela desvalorização real do câmbio ocorrida entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, de 7,22% e pela incorporação ao estoque de R\$ 43 milhões (R\$ 46 milhões a preços de dezembro de 2009) de recursos de operações de crédito em fase de desembolso.

17. Na composição da dívida distrital em 2011, a relativa à Lei nº 9.496/97 foi a de maior representatividade. Sua participação no total da dívida financeira passou de 47,31% em 2010 para 45,22% em 2011, em razão das amortizações realizadas e do crescimento do total da dívida financeira. Em seguida, aparece a dívida externa, que representava 20,62% da dívida financeira em 2010 e passou a representar 23,95% em 2011.

18. A relação Dívida Financeira / RLR foi de 0,25, 0,24 e 0,24 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Apesar do aumento no total da dívida financeira, o aumento da RLR fez com que a relação permanecesse no mesmo patamar de 2010.

19. O Distrito Federal paga o serviço da dívida relativa à Lei nº 9.496/97 sem usufruir do limite de comprometimento de 13% da RLR e, por este motivo, não acumula resíduo.

20. A avaliação da situação financeira do Distrito Federal demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de forma a manter o equilíbrio das finanças públicas distritais. A revisão do Programa prevê resultados primários negativos de R\$ 457 milhões em 2012, R\$ 1.038 milhões em 2013 e R\$ 1.454 milhões em 2014, que, somados com as fontes de financiamento, são suficientes para o Distrito Federal honrar os seus compromissos financeiros projetados, não gerando atrasos nos próximos três anos.

Brasília, 28 de dezembro de 2012.


Lindemberg de Lima Bezerra
Secretário Adjunto
Secretaria do Tesouro Nacional

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

